



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640160 - ES (2021/0013552-9)

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**IMPETRANTE** : ROGER COSTA RODRIGUES E OUTROS  
**ADVOGADOS** : ROGER COSTA RODRIGUES - ES023827  
FELIPE MARTINS FRANÇA - ES034272  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PACIENTE** : GLEISOM DE OLIVEIRA PEREIRA (PRESO)  
**CORRÉU** : GABRIEL VIDAL DA SILVA  
**CORRÉU** : LUCAS CASTELO OLIVEIRA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GLEISOM DE OLIVEIRA PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (HC n. 0025862-76.2020.8.08.0000).

O paciente foi preso preventivamente e denunciado como incurso no art. 157, §§ 2º, inciso II, e 2º-A, inciso I, do Código Penal.

Os impetrantes sustentam que haveria constrangimento ilegal na espécie, haja vista que o decreto preventivo careceria de elementos concretos e não teria demonstrado a presença dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Destacam as condições pessoais favoráveis do agente, diante das quais seria suficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Aduzem que o acusado faria *jus* à liberdade considerando, ainda, a pandemia da COVID-19 e os termos da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requerem, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a substituição por cautelares alternativas, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

**1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus**

***contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.***

2. No caso, a prisão preventiva foi decretada em razão da periculosidade social do agravante, evidenciada a partir das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, notadamente pela apreensão de expressiva quantidade de droga - quase 3kg de maconha. Precedentes. Ausência de flagrante ilegalidade a justificar a superação da Súmula 691 do STF.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 629.203/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020; sem grifos no original)

Confira-se também a Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal:

*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.*

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a autoridade impetrada, ao indeferir a liminar no *mandamus* originário, fundamentou suficientemente a manutenção da custódia do paciente nos seguintes termos (e-STJ fls. 64-65):

*"A concessão da tutela de urgência caráter ora requerida condiciona-se à demonstração, cumulativo, da existência do fumus boni iuris e do periculum in mora. Noutras palavras, deve o impetrante trazer elementos que apontem, com clareza, que o beneficiário da ordem efetivamente faz jus de ao direito pleiteado, bem como, a urgência no afastamento eventual gravame em desfavor daquele. A comprovação dos pressupostos em exame, como se sabe, deve ser feita de forma pré-constituída, ou seja, as bases fáticas das alegações devem acompanhar a inicial, considerando que o abreviado rito do habeas corpus caracteriza-se por cognição restrita, vedando, com efeito, dilação probatória.*

*Em sumária análise dos autos, verifico que o postulante teve a prisão em flagrante convertida em preventiva em 28 de outubro de 2020 pela suposta prática do I, crime previsto no art. 157, §2º, inciso II e §2º-A, inciso c/c art. 288, caput, todos do Código Penal.*

*Constato que a medida constritiva se faz necessária e proporcional como forma de resguardar a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal, frente à gravidade concreta da conduta praticada, razão pela qual não vislumbro coação ilegal a ser coarctada pela presente via, justificando sua segregação cautelar e a inviabilidade de aplicação de medidas cautelares da prisão, as quais não seriam suficientes ao caso concreto.*

*Da análise da decisão que manteve a prisão cautelar*

*do requerente, observa-se que o MM. Juiz pautou-se, de forma fundamentada, nos indícios de autoria e materialidade delitivas, bem como na necessidade de garantir a ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, destacando, ainda, que a liberdade do suplicante apresenta riscos de reiteração delitiva, bem como de evasão do distrito de culpa.*

*O caso em apreço, portanto, está abarcado pela excepcionalidade da medida diante do uma princípio constitucional da presunção de inocência, vez que observados os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal.*

*Somado a isso, o fato do coacto ser detentor de condições pessoais favoráveis não é capaz de conceder-lhe a liberdade, quando preenchidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, assim como havendo indícios de materialidade e autoria delitivas:*

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTOS. GRAVIDADE CONCRETA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ACOLHIDO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER (...) 3. Eventuais condições pessoais favoráveis não têm o condão de, por si sós, garantir a revogação da prisão preventiva. 4. Ordem denegada. (STJ. HC 441.383/MG, Rel. Ministro SEBASTIAO REIS JUNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 12/03/2019).*

*Com tais considerações, verifico, a priori, que não restam demonstrados os requisitos autorizadores da concessão da tutela de urgência, razão pela qual INDEFIRO A LIMINAR."*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, inciso XIII, alínea c, c/c o art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência